

Distintivo da Polícia Civil de São Paulo: Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado cobra do governo reajuste salarial antes do prazo eleitoral



Por Moara Semeghini

O Governo de São Paulo tem até o dia 6 de abril para conceder eventual reajuste salarial aos policiais civis do Estado. O prazo é apontado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), que alerta para as restrições da legislação eleitoral e passou a pressionar o Executivo e deputados estaduais pela apresentação de uma proposta de valorização da categoria.

A mobilização ocorre em meio a uma campanha pública lançada pelo sindicato nas últimas semanas, com outdoors instalados em rodovias e cidades do interior paulista cobrando valorização salarial e estrutural da Polícia Civil. Um dos painéis foi colocado na Rodovia dos Bandeirantes, em Campinas, com a mensagem: “Governador Tarcísio, quando a polícia é desvalorizada, a criminalidade aumenta. Valorização já”.

Segundo a entidade, a campanha busca chamar atenção da população para o que classifica como um quadro de desvalorização da categoria e descumprimento de promessas feitas durante a campanha eleitoral de 2022.

Em nota enviada à reportagem, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que mantém diálogo com entidades representativas das forças de segurança e que estuda medidas de modernização da corporação. Segundo o órgão, estão em andamento estudos sobre medidas de modernização institucional e reestruturação da carreira na Polícia Civil.

Paralelamente à campanha pública, o Sindpesp enviou um ofício aos deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) pedindo apoio político para cobrar do governo estadual

Polícia Civil cobra reajuste antes de prazo eleitoral

Delegados alertam que governo tem até 6 de abril para propor aumento

Flickr/Governo do Estado de São Paulo



Entrega de viaturas à Polícia Civil em 2018; entidade cobra valorização da categoria

o envio de um projeto de lei de reajuste salarial para os policiais civis. O documento, assinado pela presidente da entidade, delegada Jacqueline Valadares, afirma que um parecer técnico da assessoria jurídica do sindicato concluiu que reajustes acima da inflação precisam ser sanciona-

dos e publicados até 6 de abril para não ferirem as restrições da legislação eleitoral. “Diante desse cenário jurídico, torna-se essencial que o Poder Executivo encaminhe, com a máxima urgência, o projeto de lei que trate da valorização salarial dos policiais civis, para que a Assembleia Legislativa

possa apreciá-lo e deliberar dentro do prazo legal”, afirma o ofício enviado aos parlamentares.

Segundo o sindicato, os policiais civis de São Paulo estão atualmente entre os mais mal remunerados do país, ocupando posições inferiores no ranking salarial nacional das polícias civis.

Dados contestados

Em fevereiro, o Sindpesp contestou dados apresentados pelo governo segundo os quais policiais civis teriam acumulado aumento salarial de 45,2% entre 2022 e 2025. O sindicato afirmou que o percentual incluiria reajustes aprovados ainda em gestões anteriores, o que, na avaliação da entidade, não refletiria os valores efetivamente concedidos durante o atual mandato.

Para a delegada Jacqueline Valadares, a defasagem salarial contribui para a evasão de profissionais e para o déficit de efetivo na corporação. “Os policiais civis paulistas estão entre os que recebem as piores remunerações do Brasil, ocupando as últimas posições no ranking salarial nacional da classe. Isso leva à perda de muitos profissionais ano a ano e reforça um déficit que já é preocupante”, afirmou.

Segundo Valadares, o problema também afeta diretamente o funcionamento das delegacias e a capacidade investigativa da corporação. “Faltam policiais no atendimento nas delegacias e à frente de investigações e de inquéritos, o que impacta diretamente a qualidade da segurança pública oferecida à população”, disse.

Déficit

Dados apresentados pelo sindicato indicam que a Polícia Civil paulista enfrenta atualmente déficit de 14.377 profissionais, entre delegados, investigadores, escrivães, agentes, peritos e médicos-legistas. Entre 2023 e janeiro de 2026, foram registradas 5.760 admissões e 3.691 desligamentos, por aposentadorias e exonerações. Somente em janeiro deste ano, segundo a entidade, ocorreram 113 baixas.